

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Em janeiro do corrente ano, o Governo decidiu encerrar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e proceder à subconcessão à empresa *West Sea*, criada pelo Grupo Martifer, dos terrenos e infraestruturas aí existentes.

Esta decisão, alegadamente decorrente da necessidade de extinguir a empresa ENVC, S.A. para contrariar uma decisão condenatória, que não aconteceu até à data, no procedimento aberto pela Comissão Europeia relativo às eventuais ajudas estatais ilegais dadas à empresa, determinou a abertura de um processo de alienação de todos os bens destinados à construção e reparação navais existentes nos estaleiros, bem como dos inúmeros “equipamentos não removíveis” que, na sua totalidade e de acordo com dados emanados pela própria Administração da ENVC e da EMPORDEF, perfazem cerca de 20 mil itens.

Entretanto, cerca de 600 trabalhadores rescindiram contrato com a ENVC, mantendo-se o vínculo laboral com 40 funcionários, justificada pelo facto de serem necessários recursos humanos para desenvolver a organização dos leilões de todo o material existente, nomeadamente de plataformas elevatórias, empilhadores, equipamentos de metalomecânica, gruas, material elétrico, equipamentos e blocos de aço destinados ao ferry Anticiclone, material informático, viaturas, entre outros.

Não obstante a inexistência de informações oficiais sobre o desenvolvimento deste processo de alienação, verificamos, através das notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, que o processo de venda tem vindo a desenvolver-se, sendo importante, em prol da total transparência, perceber qual é atualmente o ponto de situação da alienação de todo esse vasto e valioso património da ex-empresa pública ENVC.

No passado mês de julho, o porta-voz autorizado da EMPORDEF informou que já teriam realizado cerca de 60 leilões que teriam permitido vender mais de um terço dos 20 mil itens (bens móveis da empresa pública) que ficaram fora do concurso da subconcessão ao grupo Martifer, afirmando que o processo de venda de todo esse material “deverá ser concluído em setembro ou outubro do corrente ano”.

Impõe-se pois, neste momento, fazer o ponto de situação deste processo de alienação, entendendo-se portanto oportuno e necessário, em abono do rigor e da transparência deste processo de alienação de bens públicos, que seja prestada toda a informação relativa a estes

procedimentos.

Neste sentido, os deputados signatários do Grupo Parlamentar do Partido Socialista requerem, através de V. Exa., ao Ministro da Defesa Nacional, a remessa da seguinte documentação:

1. Cópias dos Avisos/Anúncios de todos os procedimentos;
2. Documentação relativa à análise das propostas apresentadas em cada leilão realizado;
3. Documentação relativa aos itens leiloados e respetivos valores da adjudicação

Palácio de São Bento, quarta-feira, 24 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

JORGE FÃO(PS)

RUI PAULO FIGUEIREDO(PS)